



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

129
70

RA na Ap Nº: 0309945-6

AGRAVANTE: Consumagno José Félix de Lima

AGRAVADO: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO COLEGIADA. NÃO CABIMENTO. 1. Nos termos do art. 557, § 1º, do CPC, o recurso de agravo deve ser interposto em face de decisão monocrática que negar seguimento a recurso. 2. No caso, o agravo foi interposto em face de acórdão que negou provimento a recurso de apelação. 3. Decisões colegiadas, consubstanciadas em acórdão, não desafiam o recurso de agravo. 4. Recurso de Agravo não conhecido, por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de agravo na apelação cível nº 0309945-6, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 19 de setembro de 2013 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

130
dp

RA na Ap Nº: 0309945-6

AGRAVANTE: Consumagno José Félix de Lima

AGRAVADO: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

RELATÓRIO

Trata-se de **Recurso de Agravo** interposto em face de **acórdão** prolatado pela 2ª Câmara de Direito Público, que negou provimento à apelação cível interposta pelo ora agravante, em ordem a manter a sentença que julgou improcedente o pedido pelo mesmo formulado nos autos da ação ordinária nº 0042966-44.2011.8.17.0001, ao entendimento de que foi correta, uniforme e isonômica a aplicação da regra editalícia relativa ao ponto de corte de 40% sobre cada disciplina integrante do exame intelectual do processo seletivo interno para ingresso no Curso de Formação de Sargento da PMPE – 2010.

O apelo em foco restou improvido por decisão unânime da 2ª Câmara de Direito Público, tendo o respectivo acórdão sido publicado no Diário de Justiça Eletrônico de 30 de agosto de 2013 (fls. 93/94 e 100).

Por meio da presente insurgência, o agravante afirma a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça reconhece a *impossibilidade de alteração do critério de estabelecimento das notas dos candidatos, após publicado o edital de abertura, durante o certame e depois de realizada a prova a que o critério faz referência*, ressaltando que a antiga 7ª Câmara Cível deste Tribunal entendeu que o ponto de corte de 40% deveria ser aplicado sobre o total de questões integrantes das partes geral e específica.

É o relatório.

Recife, 19 de setembro de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

131
20

RA na Ap Nº: 0309945-6
AGRAVANTE: Consumagno José Félix de Lima
AGRAVADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

VOTO

Preliminar de não conhecimento

Suscito, de proêmio, a preliminar de **não conhecimento** do presente **recurso de agravo**.

Isso porque o recurso de agravo, conforme o art. 557 e seus parágrafos, do CPC, deve ser interposto em face de decisão do Relator que negar seguimento a recurso (decisão **monocrática**, portanto).

O artigo 557, §1º, do CPC, tem a seguinte redação:

“Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

§ 1º-A - omissis

§ 1º. Da decisão caberá agravo, no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, e, se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto; provido o agravo, o recurso terá seguimento”.

Todavia o presente recurso de agravo foi interposto em face de **acórdão** que **negou provimento** a recurso (decisão colegiada). Como cediço, decisões colegiadas não desafiam recurso de agravo.

Ante o exposto, **não conheço** da presente iniciativa recursal. É como voto.

Recife, 19 de setembro de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator